

**Nº 123**

---

**Transferências federais a entidades  
privadas sem fins lucrativos (1999-2010)**

**07 de dezembro de 2011**

**Comunicados do Ipea**

## **Governo Federal**

### **Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República**

**Ministro** Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

#### **Presidente**

Marcio Pochmann

#### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Geová Parente Farias

#### **Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto**

Marcos Antonio Macedo Cintra

#### **Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

Alexandre de Ávila Gomide

#### **Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

Vanessa Petrelli de Correa

#### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Francisco de Assis Costa

#### **Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, substituto**

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

#### **Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Jorge Abrahão de Castro

#### **Chefe de Gabinete**

Fábio de Sá e Silva

#### **Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

## **Comunicados do Ipea**

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do **Ipea**. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados* da Presidência e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do **Ipea**.

## **1. Apresentação<sup>1</sup>**

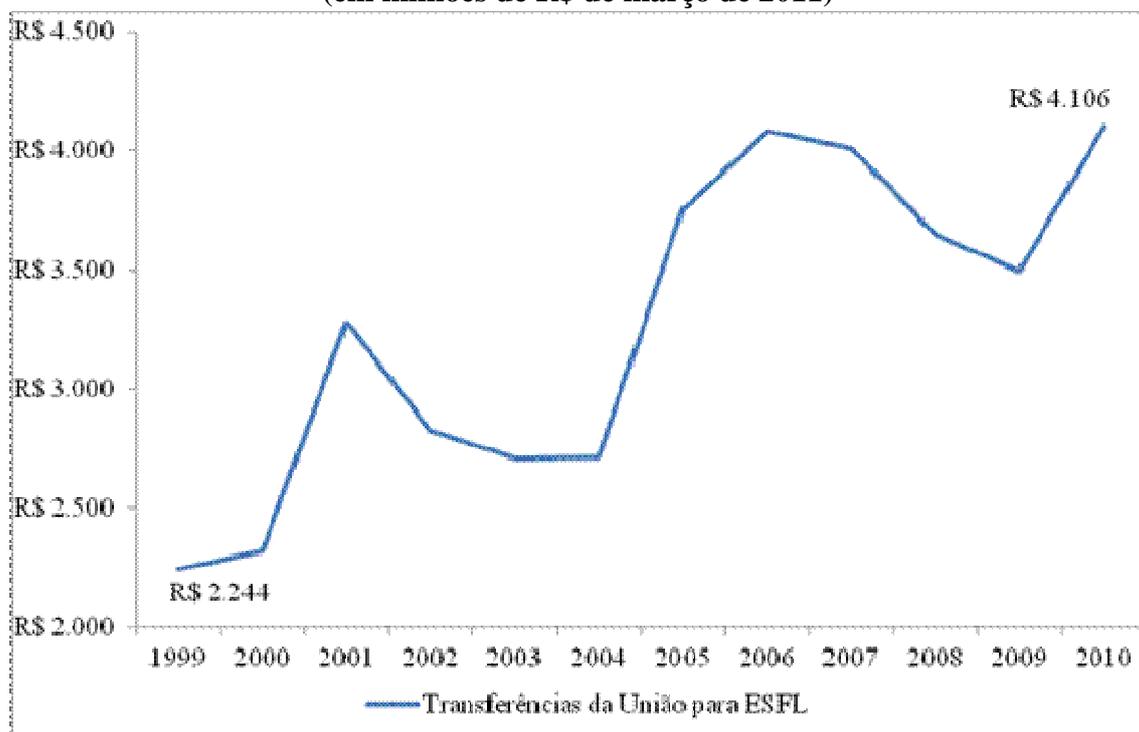
Nos últimos meses, a parceria entre o Estado e as organizações da sociedade civil para a execução de políticas públicas federais tornou-se objeto de debates públicos, os quais ensejaram medidas administrativas e culminaram na convocação de uma discussão voltada à mudança do marco legal atualmente em vigor<sup>2</sup>. Este Comunicado do **Ipea** visa a contribuir para essa discussão, dimensionando as transferências federais para as Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFLs) e levantando algumas questões de fundo sobre o sentido político e administrativo desse instrumento de gestão pública, algumas das quais, no entanto, serão objeto de análise futura, decorrente de pesquisas em andamento no Instituto.

Para cumprir esse objetivo, foram sistematizados dados sobre a transferência de recursos para organizações civis entre 1999-2010, com base em diferentes critérios e variáveis orçamentárias. O objetivo é localizar esse tipo de recurso no orçamento federal e descrever suas principais características, tais como o volume anualmente repassado e o montante de recursos alocados por funções de governo. Por fim, são apresentados dados sobre as entidades recipientes dos recursos federais, em especial a evolução da distribuição dos recursos por entidade e seu grau de concentração.

## **2. O governo federal e as entidades sem fins lucrativos: evolução das transferências**

A primeira constatação importante sobre a alocação de recursos públicos federais para entidades sem fins lucrativos é a forte variação anual, com alguma tendência de crescimento nos 12 anos analisados. O gráfico 1 indica que, entre 1999 e 2002, houve aumento nas transferências, com pico em 2001. A partir de 2004, observa-se tendência mais forte de crescimento dos valores até 2006. A partir daí, há decréscimo até 2009 e novo aumento em 2010.

**Gráfico 1 – Transferências a entidades privadas sem fins lucrativos – 1999 a 2010**  
(em milhões de R\$ de março de 2011)



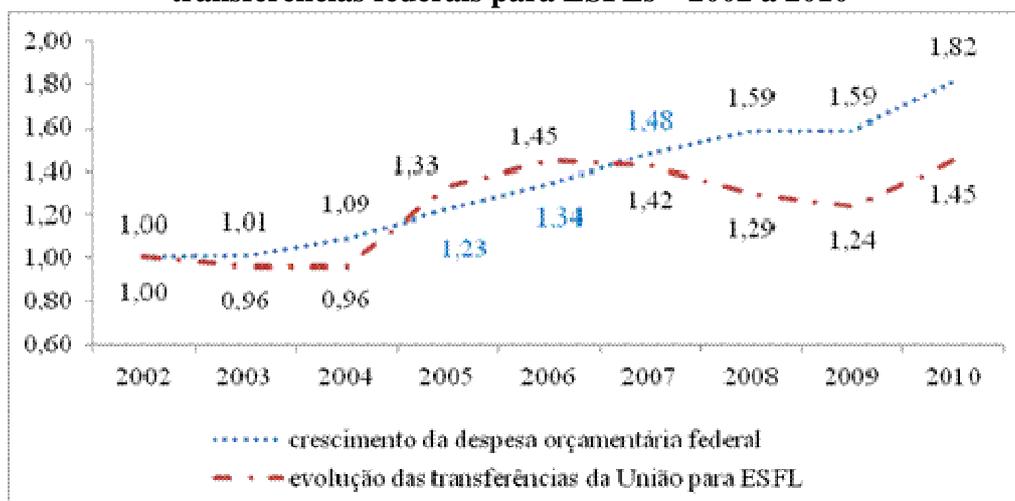
Elaboração: Ipea, a partir dos dados do Orçamento Brasil.

Obs.: Foram consideradas as transferências pela modalidade 50<sup>3</sup>.

Nota: Valores liquidados e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A dimensão das transferências de recursos federais às ESFLs fica mais clara, no entanto, quando examinada à luz do crescimento do orçamento – ou seja, do quanto o governo federal pode dispor. Os dados mostram que o orçamento da União teve crescimento contínuo desde 2003, com interrupção apenas em 2009 – ano de forte crise financeira internacional –, mas o volume de recursos transferidos para ESFLs não experimentou aumento equivalente. O gráfico 2 apresenta a taxa de crescimento do orçamento liquidado anual, tendo 2001 por ano base. O valor real do orçamento global – que exclui despesas financeiras – aumentou mais de 80%, enquanto a variação positiva do orçamento destinado às ESFLs foi de 45%.

**Gráfico 2 – Taxas de crescimento do orçamento público e das transferências federais para ESFLs – 2002 a 2010\***



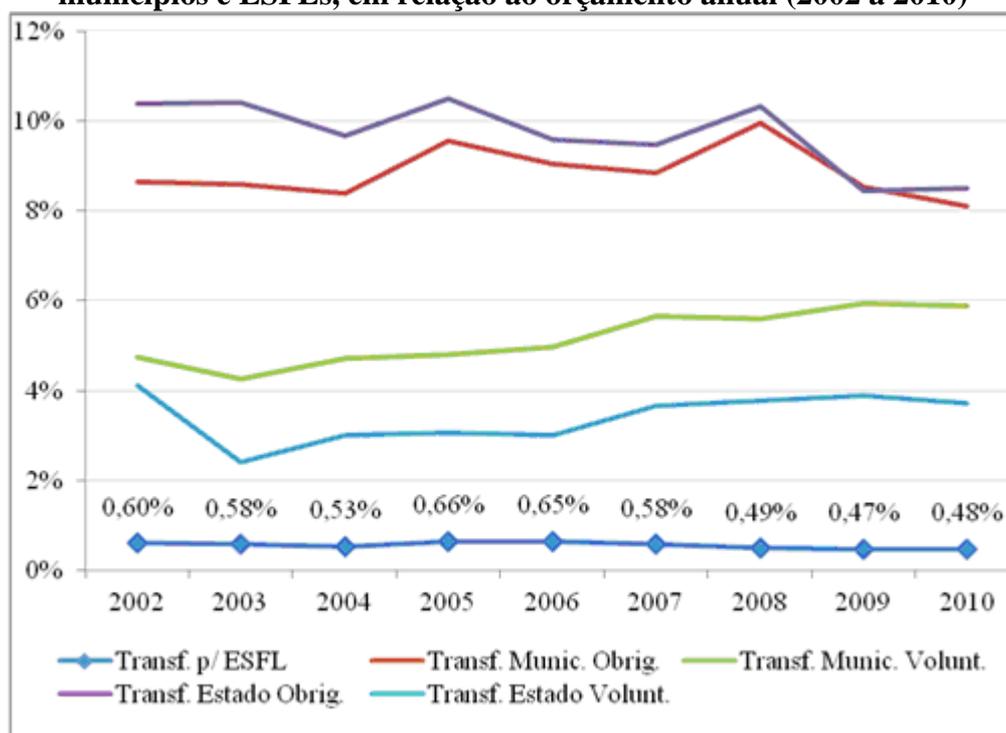
*Elaboração: Ipea, a partir dos dados disponíveis nas bases Orçamento Brasil e Siga Brasil.*

*Notas: Valores liquidados e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O orçamento liquidado anual sem despesas financeiras foi calculado utilizando os grupos de despesa (GND) 1 (Pessoal e encargos sociais), 3 (outras despesas correntes) e 4 (investimentos), ou seja, desconsiderando inversões financeiras e despesas com a dívida pública. Para instituições sem fins lucrativos, foram consideradas as transferências pela modalidade 50.*

*\*Ano de Referência (0%): 2002.*

No mesmo sentido, quando se comparam as transferências obrigatórias e voluntárias para estados, municípios e ESFLs, é possível ver, no gráfico 3, que as fatias do orçamento federal anual repassadas como transferências voluntárias para estados e municípios apresentam leve trajetória de crescimento a partir de 2006, passando, respectivamente, de 3% para 3,7% e de 5% para 6% entre 2006 e 2010. Já as transferências para ESFLs caem de 0,65% para 0,48% entre 2006 e 2010.

**Gráfico 3 – Proporção do orçamento geral da União transferida para estados, municípios e ESFLs, em relação ao orçamento anual (2002 a 2010)**



Elaboração: Ipea, a partir dos dados do Orçamento Brasil e Siga Brasil.

Nota: Valores liquidados e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O orçamento liquidado anual sem despesas financeiras foi calculado utilizando os grupos de despesa (GND) 1, 3 e 4, desconsiderando inversões financeiras e despesas com a dívida pública

Obs.: Para instituições sem fins lucrativos, foram consideradas as transferências pela modalidade 50.

Ao se considerar o volume de transferências obrigatórias e voluntárias, vê-se ainda que as transferências para ESFLs ocupam uma fração que não ultrapassa 2,5% do total das transferências e alcança 1,8% em 2010 (ver gráfico 5). As transferências obrigatórias estaduais e municipais compõem a maior parte das transferências, apesar do crescimento das transferências voluntárias a municípios e estados a partir de 2006<sup>4</sup>.

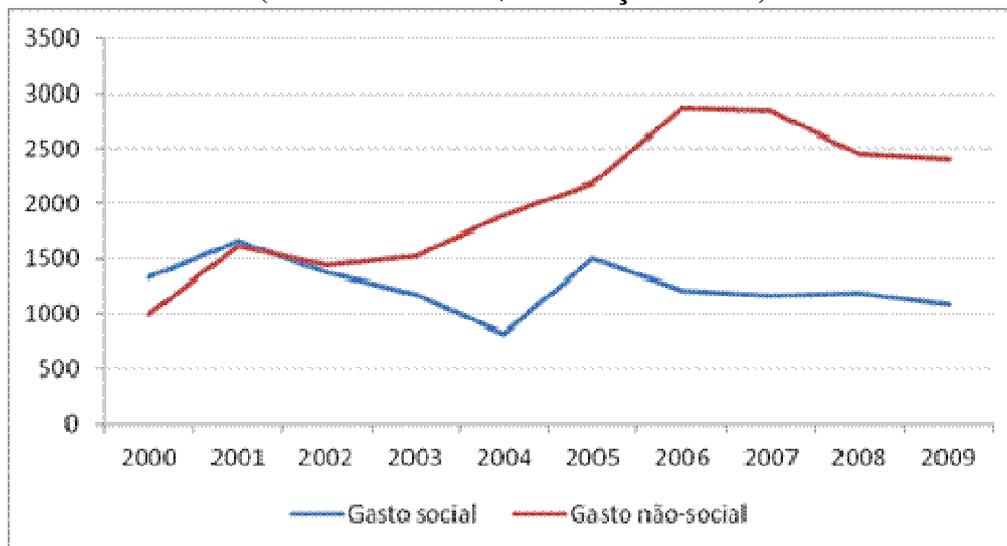
Portanto, diante da proporção de recursos repassados às ESFLs no orçamento anual como um todo – especialmente quando comparada com transferências a entes subnacionais e com a expansão dos gastos orçamentários globais ao longo do período analisado –, verifica-se que essa forma de repasse tem peso bastante reduzido no orçamento federal.

### 3. Tipo de gasto das transferências a ESFLs

Para caracterizar as políticas realizadas via transferências a ESFLs foram analisadas as áreas das políticas públicas nas quais as organizações atuam. Neste Comunicado, definiu-se gasto social por meio da seleção de subfunções governamentais, a saber: Assistência; Saúde; Trabalho; Educação e Direitos da

Cidadania. O gráfico 4, abaixo, apresenta a evolução do gasto social realizado por meio de transferências a ESFLs.

**Gráfico 4 – Gasto Social por ESFL – 2001 a 2010**  
(em milhões de R\$ de março de 2011)



Elaboração: Ipea, a partir dos dados do Orçamento Brasil.

Nota: Valores reais liquidados, deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Obs.: Foram consideradas as transferências pela modalidade 50. Os valores utilizados referem-se à atualização dos 'restos a pagar' até maio de 2011.

Como se observa, o crescimento do montante de recursos a ESFLs não é alavancado pelo gasto social. O gasto social decresce, tanto em valores absolutos reais como proporcionais ao longo do período analisado, mesmo que essa queda não tenha sido constante, já que se observam períodos de aumento, como em 2005. Em 2009, o gasto social representou cerca de 20% dos repasses realizados a ESFLs – a menor proporção nos dez anos analisados – sendo que o pico do gasto social, em termos proporcionais, deu-se em 2000, representando aproximadamente 57% do montante dos recursos assim repassados.

Apesar de se reconhecer que a análise por subfunções seja mais adequada do que a análise por funções para identificar o tipo de despesa realizada, a tabela abaixo, não obstante, contribui para descrever o padrão geral desse tipo de despesa:

**Tabela 1 – Recursos repassados, por função orçamentária, 2000-2010  
(em milhões de R\$ de março de 2011)**

<b>Funções de governo</b>	<b>Mediana</b>	<b>%*</b>
Ciência e Tecnologia	703,51	21,57
Saúde	662,16	20,17
Educação	283,99	8,04
Organização Agrária	251,99	6,80
Comércio e Serviços	178,10	5,61
Encargos Especiais	174,02	5,29
Trabalho	151,53	6,18
Administração	133,94	3,62
Cultura	105,33	3,24
Desporto e Lazer	90,68	3,49
Agricultura	88,73	2,70
Comunicações	77,52	2,93
Assistência Social	70,56	1,93
Gestão Ambiental	67,91	2,30
Direitos da Cidadania	60,86	1,88
Segurança Pública	31,77	0,93
Indústria	30,61	1,04
Defesa Nacional	24,62	1,03
Transporte	24,40	0,54
Energia	7,69	0,24
Legislativa	2,82	0,22
Essencial à Justiça	2,03	0,06
Judiciária	1,06	0,04
Urbanismo	0,83	0,06
Relações Exteriores	0,52	0,02
Habitação	0,18	0,08
Saneamento	0,13	0,01
Previdência Social	0,00	0,01

*Elaboração: Ipea, a partir dos dados do Orçamento Brasil.*

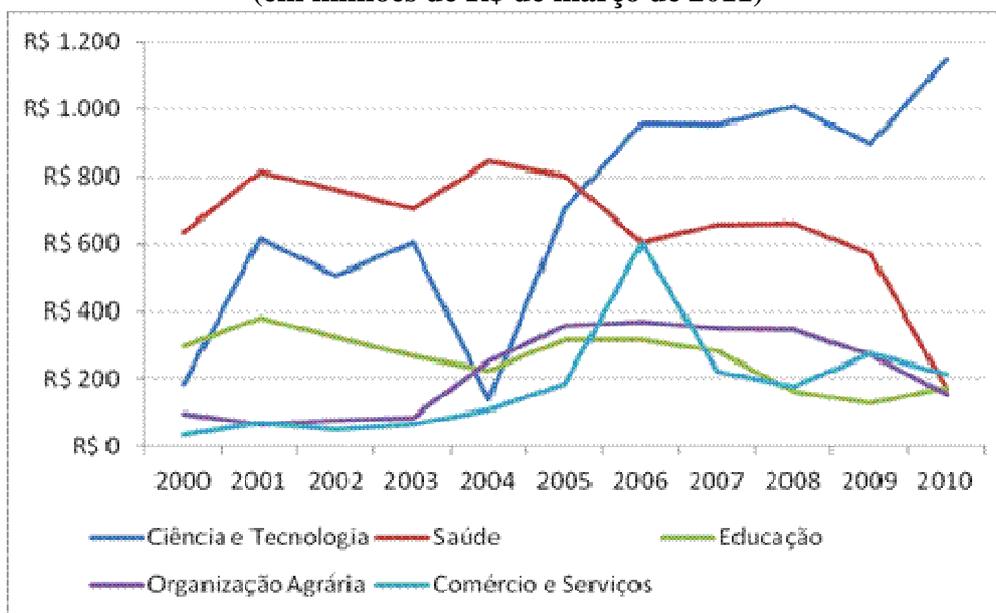
*Nota: Valores liquidados e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).*

*\*Representa a proporção de recursos classificados na função, considerando todos os recursos repassados para ESFLs entre 2000-2010*

*Obs.: Consideram-se transferências pela modalidade 50*

Pela mediana, pode-se notar que as funções de *ciência & tecnologia* e *saúde* são as mais associadas às transferências a ESFLs. Em termos de proporção de gasto realizado no período de 2000 a 2010, essas duas funções concentram 42% dos recursos. As funções *educação*, (8%), *organização agrária* (7%), *trabalho* (6%), *comércio e serviços* (6%) e *encargos especiais* (5%) são as únicas funções que receberam mais de 5% do total de recursos repassados a ESFLs e, somadas, essas funções agregam cerca de 32% do gasto realizado.

**Gráfico 5 – Repasses a funções governamentais  
(em milhões de R\$ de março de 2011)**



Elaboração Ipea a partir dos dados do Orçamento Brasil

Nota: Valores liquidados e deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Consideram-se transferências pela modalidade 50.

Com base nos dados acima, foram selecionadas, para análise longitudinal, cinco funções que, somadas, totalizam cerca de 62% dos recursos repassados a ESFLs. Pela evolução dos gastos, nota-se que aqueles classificados na função *ciência & tecnologia* crescem vigorosamente a partir de 2004, e, nota-se uma queda, a partir de 2008, nos gastos classificados na função *saúde* – gastos da função *educação* também apresentam queda no período, apesar de menos intensa. É importante considerar que a redução pode ter relação direta com a ampliação das transferências voluntárias para estados e municípios, que passaram a executar de forma mais intensa as despesas na área de saúde, em claro movimento de descentralização dessa política. No entanto, o decréscimo no gasto de saúde e o crescimento do gasto com ciência e tecnologia a partir de 2006 ajudam a explicar a queda dos recursos destinados ao gasto social, apresentado no gráfico 4. Tanto a função *organização agrária* quanto *comércio e serviços* cresceram no período, ainda que o crescimento não tenha sido linear.

Assim, ademais de se obter um perfil mais acurado das transferências segundo as funções orçamentárias nas quais se enquadram, *pode-se verificar, mesmo que de maneira indiciária, uma reconfiguração das relações entre governo federal e ESFLs*: políticas que já foram concebidas como monopólio natural do Estado (ou do mercado) passam a ser objeto de cooperação entre Estado e ESFLs; e políticas de assistência

social, antes dominadas por entidades privadas de assistência, passaram a ser definidas e implementadas prioritariamente pelo próprio poder público.

#### 4. Tipo de recurso por entidade e grau de concentração

Embora não se possa dizer que exista tendência de redução, os dados disponíveis mostram que, entre 2006 e 2010, houve queda no número de organizações receptoras de recursos federais: em 2006, 4898 ESFLs recebiam recursos do governo federal; em 2010 foram 3342.

**Tabela 2 – Recursos recebidos por ESFLs por quantis – 2006 a 2010 (em R\$)**

	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Primeiro decil</b>	6.062,96	5.294,05	3.114,61	2.961,29	2.767,35
<b>Primeiro quartil</b>	13.202,47	10.186,90	5.676,40	5.451,61	5.412,24
<b>Mediana</b>	61.481,48	38.022,02	56.153,93	53.763,44	85.369,90
<b>Terceiro quartil</b>	226.725,93	214.254,76	224.719,10	268.817,20	416.544,90
<b>Nono decil</b>	917.567,90	988.509,52	927.792,13	1.017.556,99	1.538.230,61

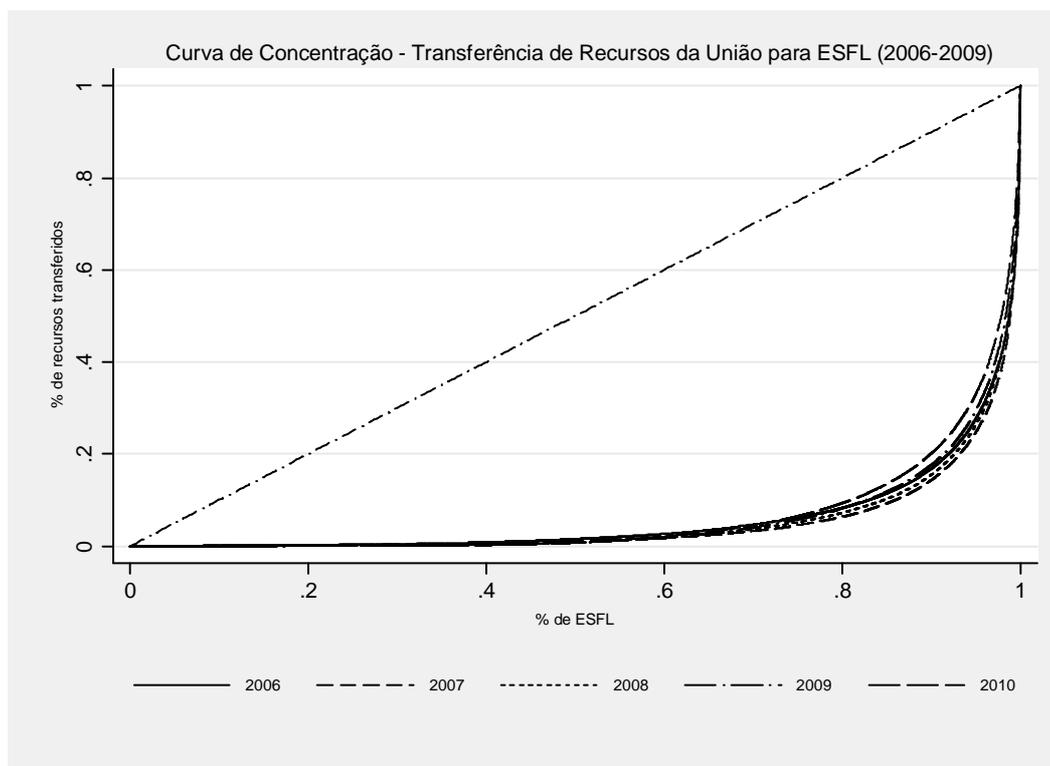
Fonte: *Elaboração Ipea a partir do Siafi.*

Nota: <sup>1</sup>Valores reais deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), com mês de referência em março/2011. Consideramos o total dos valores pagos, por ano, por CNPJ.

Obs.: Consideramos apenas as transferências feitas pela modalidade 50

Os dados referentes ao volume de recursos recebidos por entidade, por sua vez, apresentam padrão mais nítido. A mediana vai de 61 mil em 2006 para 85 mil em 2010, apesar de sofrer queda em 2007, 2008 e 2009 em relação a 2006. Tanto o primeiro decil quanto o primeiro quartil apresentam tendência de queda. Por exemplo, as entidades no primeiro decil recebiam até seis mil reais do governo federal em 2006 e passaram a receber até 2800 reais em 2010, em termos reais. O terceiro quartil e o nono decil apresentam uma tendência de crescimento: ESFLs no nono decil recebiam pelo menos 917 mil do governo federal em 2006 e passaram a receber aproximadamente 1,5 milhão em 2010.

**Gráfico 6 – Curva de Concentração dos Recursos Transferidos da União para ESFLs (2006)**



Elaborado com base em dados do Siafi.

Gini = Os coeficientes de Gini são 2006 (0.83), 2007 (0.90), 2008 (0.89), 2009 (0.88), 2010 (0.87)

O gráfico 6 oferece evidências de alto grau de concentração na distribuição de recursos federais entre as ESFLs. O coeficiente de Gini varia sempre entre 0,8 e 0,9. Entretanto, é difícil extrair conclusões sobre as características e motivações dessa concentração sem considerar devidamente a natureza das organizações, cujo escopo e forma de atuação variam substancialmente. Os dados disponíveis até o momento, contudo, não permitem ainda avançar nessa análise.

Já os dados referentes à alocação de recursos por tipo de entidade permitem verificar que o valor destinado às fundações privadas concentra, em média, um terço das transferências realizadas, exceto no ano de 2008. A fatia elevada deve-se, sobretudo, aos recursos transferidos para fundações de pesquisa.<sup>5</sup> Outra informação que se destaca é o percentual de recursos destinado às Oscips e OSs. Nos últimos quatro anos se observa que, apesar de ter percentual pequeno face ao valor global das transferências, a participação dessas organizações está se ampliando e talvez retrate tanto o crescimento do número de organizações certificadas que realizam convênios com o poder público quanto a maior legitimidade dessas como veículos para atuar em parceria com o Estado

brasileiro, o que não seria surpreendente dadas as mudanças e incentivos ocorridos por meio de mudanças legislativas desde o final dos anos 1990.

Mais uma vez, um diagnóstico e análise mais precisos sobre esses repasses requer que se faça maior investimento em desagregar, compilar novos dados e construir novas tipologias que nos permitam analisar o material de fundo dessa relação que, afinal, remete às características das políticas públicas e à divisão que se estabelece entre Estado e sociedade em sua execução. De todo modo, os dados aqui reunidos já prestam uma grande contribuição para esforços de controle público e social das transferências a ESFLs no âmbito do governo federal: a maior parte dos recursos repassados a essas entidades pode ser fiscalizada, seja porque é canalizada para um universo relativamente pequeno de instituições, seja porque as fundações privadas devem ser fiscalizadas pelos Ministérios Públicos, conforme disposto no artigo 66 do Código Civil brasileiro.

## **5. Desafios analíticos – ou o que *não* sabemos sobre transferências federais a ESFLs**

Embora já bastante reveladores, os dados aqui apresentados constituem apenas uma primeira aproximação dos contornos fáticos da relação entre Estado e ESFLs no plano federal. Em especial, é necessário investigar em que condições, com que objetivos e por quais meios os gestores e as ESFLs escolhem celebrar parcerias.

Nesse sentido, os principais desafios analíticos para a compreensão da relação entre Estado e ESFLs são de ordem qualitativa. Com base em informações disponíveis em bases como o Siconv, é necessário sistematizar e avaliar a intensidade das parcerias em programas e órgãos de governo; a natureza das organizações por tipo de atividade realizada – controle social; entrega de serviços (classificar serviços, por natureza); ou *advocacy* (promoção e defesa de direitos); e as funções ocupadas pelas ESFLs na estratégia de implementação das políticas – se “suplementar”, “complementar” ou “substitutiva” do poder público.

Essa análise deve ser, enfim, complementada por outras duas: uma que vise entender quais as motivações de gestores e de ESFLs para a celebração de parcerias e outra que vise identificar as principais dificuldades encontradas no âmbito do poder público para viabilizar as parcerias desejadas com ESFLs, as quais, muitas vezes, podem abrir flancos para parcerias que não sejam ótimas, do ponto de vista da eficácia, da eficiência e da efetividade das políticas públicas. Ambas as análises devem ser

desenvolvidas a partir de entrevistas com gestores públicos e de ESFLs, além de análises de documentos, como pareceres e notas técnicas de ministérios.

## **6. Considerações finais**

O principal objetivo deste Comunicado foi determinar com maior precisão o lugar das ESFLs – foco de debate e disputa política como novos parceiros e atores de formulação de políticas públicas –, no orçamento federal.

Encontrou-se comportamento errático no volume anual de recursos repassados a ESFLs nos últimos onze anos. No entanto, dada a proporção de recursos repassados às ESFLs no orçamento anual como um todo – sobretudo se comparada com transferências a entes subnacionais e com a expansão dos gastos orçamentários globais ao longo do período analisado –, verifica-se, de forma consistente, que essa forma de repasse tem peso reduzido no orçamento federal. Isso não significa que essas entidades não tenham ampliado sua relevância como atores políticos ou como parceiros na execução de políticas públicas federais, sobretudo porque a presente análise não inclui transferências feitas a ESFLs em nível subnacional, as quais são utilizadas muitas vezes para apoiar a execução de políticas federais.

No tocante ao tipo de gasto realizado, o gasto social tem revelado importância decrescente nas transferências a ESFLs. Em especial a partir de 2006, gastos com saúde e, em menor medida, com educação – principais funções onde houve aumento de transferências para estados e municípios –, perdem espaço para gastos com ciência e tecnologia. No entanto, como mencionado ao longo do texto, são necessárias a análise e classificação dos tipos de ações orçamentárias realizadas por ESFLs, o que requer aprimoramento da classificação das ESFLs hoje disponíveis. É preciso também mapear outras formas por meio das quais a União fomenta e apoia financeiramente as ESFLs. Essa descrição robusta permitirá que se tenha um quadro nítido dos incentivos, das interfaces e dos padrões de financiamento do Estado, pelo menos no seu nível federal, para as ESFLs. Também habilitará uma avaliação mais precisa do lugar e da relevância que as ESFLs ocupam no conjunto das políticas públicas do Estado brasileiro.

Essa agenda de pesquisa tem como pressuposto a porosidade da relação entre Estado e sociedade e, portanto, a existência de muitas interfaces entre ambos. Esse pressuposto tem sido mais valorizado nos estudos sobre o sistema político brasileiro, para dar conta da emergência e institucionalização de espaços pelos quais atores sociais

participam da formulação das políticas públicas, mas parece ser apropriado adotá-lo também para examinar a participação social na execução das políticas, o que, quase sempre, envolve o recebimento de recursos por parte das ESFLs.

De um ponto de vista normativo, é claro que se deve tentar construir um arcabouço jurídico e administrativo orientador da relação entre Estado e ESFLs que busque blindá-la de vícios tidos como históricos da formação do governo brasileiro, tais como o clientelismo e o patrimonialismo. Ao mesmo tempo, deve-se reconhecer que a parceria entre Estado e sociedade na execução das políticas públicas pode oferecer ganhos democráticos, baseados em características como a criatividade, a capilaridade, a proximidade dos beneficiários e até mesmo a ética do cuidado cultivada por muitas dessas organizações. Recusar a possibilidade desse tipo de parceria pode até resolver alguns problemas, mas traz outros, tais como o possível déficit de legitimidade do mercado ou de uma burocracia insulada na condução dos negócios públicos.

Nesse sentido, o crescente debate público sobre a importância das organizações sem fins lucrativos na execução de políticas públicas espelha o papel indispensável que elas assumiram em diferentes políticas, ainda que isso signifique uma gama diversa de relações que podem ser de parceria e cooperação ou de oposição e mobilização contenciosa entre atores civis e governamentais. Mesmo que não se considere mais as OSCs, em suas diversas facetas, um substituto ao Estado (ou mercado) na provisão dos serviços públicos ou que se tenha abandonado a posição normativamente estilizada e idealizada sobre suas virtudes que marcou as primeiras leituras sobre a emergência de uma “sociedade civil”, no contexto da redemocratização, a possibilidade de colaboração entre essas entidades e o Estado se configura num importante ativo para o ciclo de políticas públicas que, no âmbito das discussões sobre o “marco legal” dessa relação, pode ser canalizado para objetivos estratégicos do desenvolvimento brasileiro. Esse movimento, por sua vez, será tão mais bem sucedido quanto mais bem informado. Este Comunicado oferece uma aproximação inicial do fenômeno, que, espera-se, será em breve complementada por estudos qualitativos.

## Notas

1. Colaboraram para a preparação deste *Comunicado*: Felix Garcia Lopez, Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia (DIEST) do Ipea; Fabio de Sá e Silva, Técnico de Planejamento de Pesquisa e Chefe de Gabinete da Presidência do Ipea; Natália Salgado Bueno, bolsista do Programa Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento (PNPD) do Ipea; Luciana Acioly e André Calixtre, Técnicos de Planejamento e Pesquisa da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea (ASTECH). A finalização deste documento contou com a colaboração da Assessoria de Comunicação do Ipea (ASCOM).
2. O Decreto n. 7.568/2011 redefiniu as regras de transferência de recursos da União para organizações civis e instituiu, oficialmente, um grupo de trabalho para propor aperfeiçoamento na legislação federal sobre as entidades sem fins lucrativos. Entre as novas regras, encontra-se, por exemplo, a necessidade de assinatura dos instrumentos de parceria pelos titulares máximos das pastas ou organizações responsáveis pelo repasse dos recursos, tais como Ministros de Estado entre outros.
3. Em todo o texto optou-se por utilizar apenas os recursos transferidos por meio da modalidade 50, que indica as transferências governamentais federais às entidades sem fins lucrativos. Essa modalidade não capta eventuais transferências de recursos que serão repassadas a ESFLs por estados e municípios.
4. Conforme Ipea (2011) em Comunicado 122: Governo gastador ou transferidor? – um macrodiagnóstico das despesas federais (2001 - 2011).
5. De acordo com os dados do Siafi, os repasses para fundações de pesquisa ou ensino corresponderam, de 2006 a 2010 a aproximadamente 25% das transferências destinadas a entidades sem fins lucrativos.



Ipea – Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos da  
Presidência da República